

Avanços e limites nas abordagens sociológicas sobre o movimento estudantil: um breve panorama analítico

Gabriel Teles*

Diego dos Anjos**

Introdução

O movimento estudantil aparece como um movimento de grande destaque no interior das mobilizações na sociedade capitalista. Mas é a partir da década de 60 do século XX, especialmente com os acontecimentos de 1968, que suas mobilizações são alvo de sistemáticas pesquisas e reflexões no interior da esfera científica. O ano de 1968 é emblemático por ter irrompido, em várias localidades do mundo, conflitos em que um determinado grupo social teve importância fundamental: os estudantes. Dessa forma, o movimento estudantil, desde então, é analisado a partir de várias perspectivas e abordagens de análises distintas. Um dos motivos para essa variedade é que não existe uma homogeneidade acerca do que se entende por movimentos sociais, o que possibilita que diferentes autores tenham uma compreensão própria, mas pouco desenvolvida, sobre o que é o movimento estudantil.

No presente capítulo buscaremos colocar em evidência as principais análises em torno da questão do movimento estudantil: os principais conceitos, análises, bem como indicar limites e avanços. Para tanto, seguiremos o seguinte itinerário: (1) uma rápida digressão sobre os principais elementos das abordagens sociológicas sobre o movimento estudantil na literatura brasileira sobre o tema; (2) a análise do conceito de movimento estudantil e suas características em quatro autores específicos: Foracchi, Sánchez, Bringel, Mesquita, Sebastian de Sierra e Ianni; (3) uma síntese sobre essas abordagens e a necessidade de avançar no processo analítico a respeito do movimento estudantil.

Antes de avançarmos, se faz necessário um breve esclarecimento sobre o que consideramos uma “abordagem sociológica”. Em artigo sobre “*As abordagens sociológicas dos movimentos sociais*” (2017b), Nildo Viana apresenta as diferentes formas de abordar sociologicamente os movimentos sociais. Ele define abordagem como “[...] um modo de interpretar a realidade através de um enfoque temático e analítico. Desta forma, uma

* Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo (PPGS/USP).

** Doutor em Ciências Sociais (UNB), professor do IF-Goiano, câmpus Morrinhos.

abordagem pressupõe determinadas escolhas (temáticas e analíticas) por parte do pesquisador” (VIANA, 2017b, p. 8-9). A abordagem “possui um processo analítico específico para o fenômeno definido pelo enfoque” (2017b, p. 9), logo, não se esboça uma reconstituição do objeto na forma de conceito (MARX, 2008) e sim um enquadramento interpretativo do objeto num determinado enfoque previamente adotado.

A abordagem, então, é uma interpretação que reproduz os pontos centrais de uma ideia mais ampla em temas específicos através de um determinado enfoque; por exemplo: utilizar a ideia de Foucault sobre as relações de poder, que é uma ideia complexa e ampla, e enxergar poder em todas as épocas, formas de sociedade e fenômenos. Este procedimento é diferente da concepção, que se baseia numa formulação teórica e conceitual ampla e articulada com os pressupostos teóricos. Por esse ângulo, a concepção cria uma teoria específica para temas específicos, mas em relação e articulação com pressupostos teóricos.

Uma breve análise e principais características da literatura sociológica sobre o movimento estudantil

O primeiro elemento que podemos observar acerca do acúmulo da discussão sobre o movimento estudantil é a sua dificuldade em desenvolver um conceito sobre este fenômeno social específico (CONCEIÇÃO, 2016; VIANA, 2016; BRINGEL, 2009). Tal dificuldade, assim como na questão dos movimentos sociais, é caudatária de uma deficiência teórico-metodológica ou, ainda de forma mais intensa, da ausência de uma discussão conceitual mais aprofundada sobre o movimento estudantil. Geralmente as discussões sobre este movimento social giram em torno de produções meramente descritivas e/ou empíricas, sem um tratamento teórico que sustente suas pesquisas. Tal procedimento não contribui para o avanço analítico do fenômeno estudado.

O segundo elemento, no que tange à bibliografia brasileira sobre o movimento estudantil, consiste na concentração de pesquisas e análises no contexto da ditadura militar brasileira, que vai de 1964 até meados de 1985 (BARCELLOS, 1997; BRAGHINI, 2015; MENDES JR., 1981; PELEGRINI, 1998; SANFELICE, 1986; POERNER, 1979; MARTINS FILHO, 1987). Assim, muito da produção acadêmica sobre este movimento social é orientada a partir deste recorte temporal, dada a intensa mobilização dos estudantes, bem como sua radicalidade e importância no contexto das lutas daquele tempo. No entanto,

esse intenso interesse neste contexto histórico relega os demais recortes temporais para a marginalidade, sobretudo as mobilizações contemporâneas do movimento estudantil.

O terceiro elemento, ainda sobre o contexto das pesquisas de movimento estudantil brasileiras, é a questão de que grande parte das pesquisas sobre esse movimento social específico trata de suas organizações mobilizadoras, ou seja, as organizações estudantis. Privilegia-se, assim, certas ramificações do movimento estudantil, especialmente a União Nacional dos Estudantes, devido ao seu caráter nacional e por ser considerada a mais estruturada e conhecida “entidade” estudantil. O ofuscamento de outras ramificações deste movimento social acaba abrindo brechas para a não percepção de determinados elementos que só podem ser compreendidos na análise da totalidade das manifestações concretas do movimento estudantil, tal como a relação entre conflito, colaboração e a dinâmica estatal (TELES, 2019).

O quarto elemento é a existência de uma linha tênue entre a sociologia da juventude e a sociologia do movimento estudantil. Muitos pesquisadores buscam, nas abordagens teórico/ideológicas acerca da juventude, um aporte que aponte para elementos que auxiliem na análise do movimento estudantil (BENEVIDES, 2006; CALDEIRA, 2008). No entanto, é necessário ter cautela com este procedimento. O grupo social do movimento estudantil é o grupo estudantil e não a juventude. Nem todo jovem é estudante, e nem todo estudante é jovem; ou ainda: nem todo jovem, que também é estudante mobiliza-se a partir de sua condição estudantil. Assim, um conjunto de pesquisas que buscam analisar as mobilizações estudantis não percebem essa diferença, trazendo dificuldades analíticas posteriormente.

O quinto elemento refere-se à composição de classe do movimento estudantil. Muitos estudiosos relegam o movimento estudantil enquanto um movimento essencialmente de “classe média”, o que é desmentido por uma simples análise da realidade concreta. No Brasil, a primeira a apontar a classe média como a principal composição de classe do movimento estudantil foi Marialice Foracchi, que terá importante relevância nos estudos sobre o movimento estudantil e na sociologia da juventude, especialmente o seu livro “*O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*”. O seu problema foi relegar o estudante universitário como essencialmente de classe média, o que, na verdade, corresponde apenas a uma determinada fase na história do Brasil.

O sexto elemento é o ocultamento do movimento secundarista no interior do movimento estudantil. A maioria das pesquisas trata do movimento estudantil universitário,

essencializando algumas características e trazendo definições que não expressam as outras ramificações e setores do movimento estudantil, como os secundaristas. Com as ocupações dos secundaristas em São Paulo, Goiás e Paraná, especialmente nos anos 2015 e 2016, há um esforço em desenvolver a análise das especificidades do movimento estudantil secundarista em comparação ao universitário (MAIA & TELES, 2018). Trata-se de uma importante distinção, observando os elementos tanto genéricos quanto específicos dessas duas manifestações concretas do movimento estudantil.

O sétimo elemento refere-se ao apego, em muitos escritos (tanto nacionais quanto internacionais), à radicalização estudantil em 1968. A partir deste ano, criou-se uma autoimagem ilusória de um movimento estudantil fundamentalmente radical, que busca a transformação social. Tal mitologia acaba contribuindo para o ofuscamento da própria manifestação concreta do movimento estudantil e suas ramificações nas mais diversas localizações e contextos históricos determinados. Ou seja, perde-se de vista o caráter policlassista deste movimento, não demonstrando os seus vínculos, em vários contextos históricos, com o fascismo (os estudantes nazistas no interior da juventude hitlerista etc.), os partidos políticos que buscam a conquista do estado (aparelhamento) etc. Essa mitologia foi cristalizada no Brasil especialmente com o livro de Artur Poerner (2004) “O Poder Jovem”, em que o autor coloca que o estudante é sempre um “oposicionista nato”, ligado aos interesses de transformação social, elemento que negligencia as mobilizações estudantis de cunho conservador, por exemplo.

A partir destes elementos, podemos visualizar um panorama esquemático e sintético acerca dos estudos do movimento estudantil. Optamos por trazê-lo no sentido de situar o leitor acerca das principais discussões sobre esse fenômeno social. Trata-se, agora, de trazer algumas análises conceituais desenvolvidas por alguns pesquisadores. Nesse sentido, selecionamos alguns autores que se destacaram por ter adotado uma determinada forma de analisar. Devido ao espaço, priorizamos aqueles autores ou textos que se tornaram basilares nas pesquisas acerca do movimento estudantil.

A Abordagem eclética de Marialice Foracchi

Entre os autores brasileiros que buscam analisar o movimento estudantil, Marialice Foracchi possui uma grande relevância, não apenas por ser uma das primeiras a sistematizar,

à luz de diversos instrumentos metodológicos, os estudos sobre a questão estudantil, mas também por suas contribuições analíticas sobre esse fenômeno. No interior de sua produção intelectual, a obra que mais desenvolve a questão estudantil é *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, escrito em 1964. O principal objetivo desse livro é “desvendar tanto aquilo que nas representações dos estudantes surge como motivo real da ação, quanto aquilo que no contexto da situação global, impõe-se, objetivamente, como o resultado da ação” (FORACCHI, 1977, p. 4).

Um dos principais méritos da obra de Foracchi é mostrar, a partir de um estudo concreto acerca da mobilização estudantil da década de 1960, que o movimento estudantil está imerso na luta de classes. Indo na contramão dos principais estudos sobre as mobilizações estudantis daquele período (que os colocava como um conflito tão-somente de geração), a autora nos fornece os vínculos entre os estudantes e a dinâmica das classes sociais na sociedade capitalista. Esses vínculos se dão na recorrência às relações familiares (que expressam vínculos de dependência e manutenção) e às relações de produção, derivadas do sustento do núcleo familiar. Qual o significado dessa dependência com o núcleo familiar? Foracchi pontua:

Depender economicamente da família equivale, para o universitário, a algo mais profundo do que o simples custeio material da manutenção. Representa submeter-se a um sistema de compromissos e pressões, ou seja, estar de tal forma articulado que até as manifestações da vontade individual são controladas (FORACCHI, 1977, p. 28).

Dessa forma, a dependência ao núcleo familiar significa uma determinada forma de relação social cuja reciprocidade se transforma em compromissos de retribuição (AUGUSTO, 2005). Assim, a especificidade dessa dependência é a subordinação à classe de origem do núcleo familiar, que pode ou não ser rompida ao longo das relações sociais estabelecidas nas outras esferas da vida do estudante (convivência na Universidade, emprego, etc.).

Outra contribuição de Foracchi refere-se à questão, de fundamental importância, da transformação do jovem em estudante. Trata-se de uma distinção que traz consequências analíticas basilares para a análise do movimento estudantil. Para a autora, a condição estudantil não pode ser tratada como um mero subtipo da condição juvenil.

Recusar ao jovem a condição de estudante representa negar o caráter social às reivindicações dos universitários, equivale a compreender o estudante com base em argumentos que generalizadamente se aplicam ao jovem, *tout court*: imaturo mas sério, audacioso mas inexperiente, impulsivo mais indeciso. Nessas

representações não há distinção entre o jovem e o estudante e, por isso, o caráter estudantil das reivindicações é posto em termos de rebelião, turbulência natural aos que são jovens (FORACCHI, 1977, p. 285-286).

Na perspectiva desta autora, entre o jovem recém-ingresso no espaço acadêmico da universidade e o estudante, há um caminho que, ao mesmo tempo, possibilita superar a condição juvenil inicial e a realizar em sua integridade política. Esta autora, portanto, avança na distinção entre jovem e estudante, o que também trará, por consequência, uma distinção entre movimento juvenil e movimento estudantil.

No entanto, simultaneamente, seus méritos são seus limites. Se a autora avança ao colocar a necessidade em relacionar estudantes e luta de classes, ela recua ao colocar que os estudantes, especialmente os universitários¹, são vinculados à classe média ou à pequena-burguesia. A autora acaba generalizando a condição estudantil de sua época como a essência da condição estudantil no geral em nível conceitual. Foracchi escreveu em um tempo em que a universidade brasileira era um espaço mais privilegiado ainda, onde apenas as “elites” poderiam se inserir nelas.

Assim, o movimento estudantil aparece como uma mobilização da condição ambígua da classe média no contexto de sua radicalização.

Na situação brasileira, a classe média em ascensão libera ressentimentos e aspirações que pressionam o jovem estudante como influencias radicalizadoras. Suas insatisfações são, assim, elaboradas e manipuladas socialmente como expressões do inconformismo ou da rebelião da classe média (...) Se a radicalização, possível nos limites da classe, é contraditada e estimulada pelos próprios interesses de classe e se o processo de desvinculamento explica, em parte, a ação do estudante, será possível afirmar que o sentido desse processo é, primordialmente, atingir as condições do engajamento pequeno-burguês, ou seja, tem como objetivo inicial ultrapassar tudo quanto signifique compromisso com situações e grupos conservantistas e tradicionais e, não tanto quanto se pensa, promover um engajamento revolucionário dentro dos moldes clássicos (FORACCHI, 1977, p. 238-239).

A análise de Foracchi acerca da mobilização estudantil extrapola os seus apontamentos teóricos sobre a condição estudantil e analisa, concretamente, o movimento estudantil brasileiro na década de 1960, especialmente vinculados à Universidade de São Paulo (USP)². Assim, o foco de sua abordagem está vinculado a um dos elementos do

¹ Foracchi, em todos os seus escritos, analisa tão-somente o movimento estudantil universitário.

² “A amostra utilizada correspondia a 5% da população estudantil da Universidade de São Paulo em 1960, tal como se distribuía pelas diferentes Faculdades que integram esse organismo universitário. Cerca de 377 estudantes responderam ao formulário, previamente testado, que lhes foi submetido por pesquisadores qualificados. A sistematização dos dados desta primeira fase propiciou a elaboração de algumas categorias empíricas essenciais à abordagem sociológica do estudante universitário. Com base nestas indicações efetuou-

movimento estudantil – os estudantes e sua condição –, mas não a uma conceituação mais ampla.

No que diz respeito ao referencial teórico das investigações de Foracchi podemos afirmar que o núcleo substancial de suas ideias gira em torno de uma abordagem funcionalista, que busca verificar a função da “classe média” na sociedade estratificada em classes sociais. A autora vai enfatizar sua análise na classe média, sem ampliar sua abordagem para demais classes sociais, sendo para tanto utilizado os trabalhos de Talcon Parsons, Hans Gerth e Wright Mills, Robert Merton, Bendix e Lipset, e David Lockwood como as principais referências, sendo que todos estes produzindo no campo da sociologia norte-americana e com maior ou menor influência do funcionalismo. Por outro lado, a investigação de Foracchi também se apropria das ideias de referências da sociologia alemã, tal como Max Weber, George Simmel e Karl Mannheim como tentativa de esboçar um quadro das relações sociais fundamentais, o que faz através das categorias de ação, relação, reciprocidade, etc. Marginalmente a autora utiliza-se das explicações de Karl Marx, Florestan Fernandes e Octavio Ianni, autores vinculados ao estudo das classes sociais, mas que ficam em segundo plano no conjunto de referências teóricas de Foracchi. Nesses termos sua compreensão de classe média, um conceito chave no seu pensamento para compreender o movimento estudantil, tem origem mais profunda na sociologia compreensiva/interpretativa de Weber, e que Foracchi complementa combinando com vários outros autores, mas sob uma predominância da interpretação liberal.

A crítica fundamental à pesquisa de Foracchi é que esta tomou como um movimento de classe social o que na verdade era um movimento de grupo social, o que revela que a autora não desenvolveu um pensamento teórico sobre as classes sociais, tampouco sobre o que especificamente define o movimento estudantil. A autora buscou explicar o que chamava de “ação transformadora do movimento estudantil” através de suas preferências intelectuais, o que não teria problema se não fosse as inconsistências e lacunas ao elaborar seu

se um reagrupamento da população estudantil, tomando como variável básica a condição de manutenção e obtendo-se, mediante tal procedimento, três categorias empíricas compostas pelos estudantes totalmente mantidos pela família, os estudantes parcialmente mantidos pela família e os estudantes que trabalham. A amostra de 15% dos estudantes incluídos em cada categoria de manutenção resultou num total aproximado de 55 estudantes de diferentes Faculdades que, já tendo respondido ao formulário, foram submetidos a uma entrevista aberta com roteiro previamente testado e reformulado. Os resultados das entrevistas enriqueceram, por certo, o conhecimento sistemático dos processos e situações que moldam o comportamento e as atitudes do estudante mas nada acrescentaram quanto às implicações presumíveis da sua participação política. Foi imperativo suprir tal lacuna recorrendo à realização de entrevistas com líderes estudantis, representativos das facções políticas do movimento universitário” (FORACCHI, 1977, p. 09-10).

pensamento. Ao chegar à conclusão de que o movimento estudantil é um movimento de expressão das classes médias e, para tanto, utilizar-se de uma eclética bibliografia, a pesquisa revelou que a análise do material informativo ocorreu de forma mecânica, num intenso trabalho de montagem do quebra-cabeças de dados e teorias.

Ao fazer a constante citação de autores de perspectivas diferentes a autora acaba por fundir ideias que são resultados de propostas teóricas diferentes: Sartre com Merton, Lukács e Parsons, Karl Marx, Wright Mills e Mannheim, perspectivas distintas, mas que na estruturação do pensamento sociológico de Foracchi não encontra contradições; pelo contrário, são manipuladas a confirmar sua tese. O ecletismo se caracteriza não somente por fundir perspectivas diferentes, mas também por confundir, tomando por indiferentes coisas que entre si são diferentes. As entrevistas foram instrumentalizadas para confirmar o modelo de análise eclético esboçado pela autora.

O ecletismo também é prejudicial no que diz respeito à compreensão dos autores adotados. Utilizando como referência para explicar as classes sociais o pensamento de Mills, Parsons, ainda assim Foracchi utiliza-se de Marx para explicar pontos que os primeiros não deram conta, como a interpretação dos limites de consciência que Marx aponta na pequena-burguesia e que Foracchi incorpora, sendo que ao fazer isso a autora insere uma interpretação dentro de outra perspectiva, não podendo senão alterar o conteúdo original da ideia de Marx, buscando um argumento de autoridade na obra de Marx, mas não incorporando a concepção global de Karl Marx sobre as classes sociais (1977, p. 225).

Consideramos então duas facetas do seu trabalho: de um lado, se apropria de um modelo explicativo e o reproduz incorporando a realidade empiricamente observada dentro de ideias a se comprovar; por outro lado, extrai raciocínios válidos, originais (em que pese sua reprodução, uma originalidade na cópia) e criativos a respeito de alguns aspectos do objeto de estudo. Um tema que a autora expressa em sua concreticidade é a questão dos valores e interesses dos estudantes universitários, efetivamente predominante de membros que já tinham tradição familiar seja intelectualidade ou burocracia, algo que hoje ocorre com menor predominância.

É nesse sentido que sua obra ajuda a conhecer aspectos do meio estudantil; e aonde seu raciocínio está equivocado ou aonde a autora não soube responder às questões que se põs ao menos esboçou importantes problemas que existem no meio do grupo social e do

movimento social dos estudantes, deixando as questões para serem respondidas em novas pesquisas.

O Movimento Estudantil à luz da abordagem dos Novos Movimentos Sociais

Alguns autores partem da abordagem dos novos movimentos sociais para estudar o movimento estudantil especificamente, para além do tratamento mais amplo deste assunto. Trata-se, então, da aplicação dos principais conceitos e categorias da abordagem dos novos movimentos sociais em pesquisas sobre as mobilizações dos estudantes, observando sua especificidade em relação aos outros movimentos sociais. Dentre estes autores, há o mexicano José María Aranda Sánchez (2000), que traz uma síntese das principais características do movimento estudantil ancorada nessa discussão.

Para Sánchez, o próprio desenvolvimento da abordagem dos novos movimentos sociais surge da necessidade de interpretar as mobilizações estudantis, especialmente no final da década de 1960.

Em primeiro lugar, é necessário considerar que o paradigma do NMS é produto das pesquisas de sociólogos franceses que objetivam compreender e explicar os movimentos estudantis de 1968; embora a aparição posterior dos movimentos ambientalistas, feministas e antinucleares que se desenvolveram na Europa nos anos 70 e 80 também contribuíram para sua elaboração (SÁNCHEZ, 2000, p. 239).

Sendo assim, o autor aponta essa abordagem como fundamental para os estudos dos movimentos sociais, mas considerando suas particularidades. Um de seus pressupostos é o de que há um tipo especial de novo movimento social estudantil. A partir desse eixo interpretativo, Sánchez evidencia algumas categorias para analisar as especificidades do movimento estudantil: composição, organização, identidade, demandas e, por fim, o desempenho da dinâmica desse movimento social específico.

Em relação à composição do movimento estudantil, o autor defende que se trata de indivíduos cujo grupo social, os estudantes, está relacionado ao contato direto com a geração do conhecimento, com o método científico, ensejando conhecer a verdade através de investigações rigorosas. Assim, ao longo da vida escolar, o indivíduo vai modificando a sua percepção sobre o social e refletindo sobre a sua inserção no mercado de trabalho de forma crítica e conflitiva. Outro aspecto importante do movimento estudantil é que a sua composição de classe é, fundamentalmente, pertencente às classes médias. Além disso, a participação dos estudantes não ocorre de forma homogênea: há aqueles que participam de

forma esporádica e aqueles que participam intensamente, durante toda a sua trajetória escolar/acadêmica. Por fim, Sánchez pontua um aspecto fundamental do movimento estudantil quanto à sua composição social: o caráter transitório da condição estudantil. O movimento estudantil é renovado constantemente devido à efemeridade da condição de estudante, já que logo ele será integrado à divisão social do trabalho (“mercado de trabalho”).

Quanto à questão da organização, Sánchez evidencia o alto grau organizativo do movimento estudantil, que é feito a partir das assembleias gerais. O autor coloca que há dois níveis básicos de articulação organizativa: 1) a constituição da assembleia geral como a autoridade máxima do movimento, em que é representada a totalidade dos participantes; 2) a constituição de assembleias no nível do espaço escolar ou centro educativo, que articulam suas demandas e escolhem seus representantes para a assembleia geral. A particularidade das assembleias gerais é a prática de democracia direta, contribuindo com a possibilidade de participação de todos no cumprimento das tarefas.

No tocante às questões identitárias, Sánchez argumenta que a identidade estudantil é um elemento integrador do movimento estudantil, já que ela expressa a definição e o autorreconhecimento dos atores, assim como sua diferenciação dos outros grupos e movimentos sociais. Esta identidade implica em diversas consequências para a mobilização estudantil: solidariedade, embate entre gerações, percepção coletiva da hostilidade social quanto às suas demandas e culturas, etc.

Sobre as demandas do movimento estudantil, o autor localiza dois tipos de reivindicações: uma de caráter gremial, relacionadas à situação dos estudantes no espaço escolar, e a outra de caráter político mais amplo, que expande suas demandas para além dos muros do espaço de ensino, buscando a transformação da educação e da sociedade no geral.

Por fim, em relação ao desempenho, Sánchez coloca que o movimento estudantil, em sua mobilização, pode ser um detonador do descontentamento e multiplicar-se para outros movimentos, possuindo a capacidade de provocar e motivar a mobilização de outros setores organizados da sociedade, tais como os trabalhadores, camponeses, etc. Em épocas de maior fluxo das lutas sociais, o movimento estudantil, por sua composição, consciência e organização, pode rapidamente radicalizar-se e transformar-se no principal agente de mobilização da sociedade, tal como ocorreu no maio de 1968 francês.

Em síntese, Sánchez (2000) finaliza a sua discussão apontando para o protagonismo do movimento estudantil desde o seu surgimento até os dias atuais, no enfrentamento ao neoliberalismo.

O mérito de sua discussão é efetuar a análise dos diversos elementos constitutivos do movimento estudantil. Como já colocamos, este procedimento é negligenciado por grande parte das pesquisas sobre o movimento estudantil, que geralmente ficam apenas no nível descritivo, sem avançar analiticamente sobre esse movimento. No entanto, Sánchez não apresenta uma definição de movimento estudantil, tornando abstrata a sua análise dos elementos constitutivos. Além disso, o autor relega este movimento à classe média, enquanto composição social, o que acaba ofuscando o policlassismo desse movimento.

Outro mérito é a sua discussão acerca dos objetivos do movimento estudantil, observando que os estudantes se mobilizam não somente por questões conjunturais ou ligadas à educação.

Ao refletir sobre as características do movimento estudantil, Sanchez apresenta algumas contribuições quando analisa a elementos próprios do movimento. Entretanto, a análise das características do movimento estudantil é acompanhada pelo enquadramento temático da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, e, neste ponto Sanchez olha para o movimento estudantil com o olhar da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, sendo obrigado a enxergar aquilo que a abordagem propõem; daí a projeção do movimento estudantil às ideias que a sua abordagem propõe, criando um modelo para analisar o movimento estudantil. E no seu modelo tem de haver espaço para a projeção de novos conflitos na sociedade e que se abarcam pelos movimentos sociais, daí ser necessário afirmar que não se trata mais da reprodução material, mas da reprodução cultural, da integração social e da socialização (SANCHEZ, 2000). A ênfase na sociedade civil e não no Estado, o deslocamento da política para o social, formação de conhecimentos, cultura, associações, tal como prevê a abordagem dos Novos Movimentos Sociais, têm de ser localizados na dinâmica do movimento estudantil.

Esse procedimento de projetar no “objeto de análise” é especialmente complicado quando não acompanhado de uma explicação específica sobre o “objeto”. Esse equívoco fica mais claro na tese de Marcos Mesquita (2006), que também se apoia na abordagem dos Novos Movimentos Sociais, e afirma que existe um movimento estudantil clássico, até a década de 1960/1970, e um movimento estudantil contemporâneo, que emerge a partir da

década de 1980, e que a partir de então o movimento estudantil passa a assumir a característica dos novos movimentos sociais. Diz Mesquita:

Sem perder de vista sua especificidade, o movimento estudantil no decorrer dos anos 1980 e 1990 se apropria de temas outros como as questões relacionadas a gênero, discriminação racial, juventude, cultura, entre outros. Este gesto de incorporação por parte do movimento tem suas raízes na necessidade de dar conta de uma nova configuração estudantil e sua realidade que, com demandas advindas de um cotidiano muito diversificado, inclui pautas outras como questões de identidade, cultura, etc. (MESQUITA, 2006, p. 50)

Para Marcos Mesquita, a novidade do movimento estudantil é a inclusão de novas questões, como raça, gênero, etc. e pela fragmentação que lhe acompanha. O limite desse procedimento de enquadramento, visto da perspectiva da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, é que toma o discurso como verdadeiro, sem problematizá-lo, não contribuindo para avançar na análise do próprio produtor do discurso, no caso a UNE e a aceitação das novas questões (raça, gênero, etc.), pois como o próprio autor observa, a aceitação das novas questões não ocorreu de forma automática e que existe uma disputa interna para aceitar este ou aquele objetivo. Como Mesquita adota um modelo de análise, este não teve que se preocupar com questões mais complexas, como por exemplo, identificar tendências dentro do movimento estudantil ou mesmo distinguir as organizações estudantis como uma parte do movimento estudantil (que não é a sua totalidade).

A partir da exposição e reflexão sobre esses dois representantes da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, fica perceptível que esta abordagem não contribui com elementos genéricos que possam captar a unidade e a diversidade dos movimentos sociais, por isso que a partir da abordagem dos Novos Movimentos Sociais não se pode reconstituir um conceito de movimento estudantil, definição ausente tanto em Mesquita, quanto em Sanchez. A ênfase desta abordagem é na cultura e nos elementos da sociabilidade, e com pontos de partida muito abstrato não se tem condições para analisar e aprofundar nos elementos específicos que conformam o movimento estudantil.

O Movimento Estudantil à luz da abordagem do Processo Político

Um dos estudos mais conhecidos, na bibliografia brasileira, acerca da análise do movimento estudantil na perspectiva da abordagem do processo político é a de Breno Bringel, especialmente em seu texto *O Futuro Anterior: Continuidades e Rupturas nos Movimentos Estudantis do Brasil* (2009). O autor parte do conceito de *ciclos de protestos* –

introduzido nos primeiros trabalhos de Charles Tilly (1978) e desenvolvido por Sidney Tarrow (2009) – para analisar as ocupações das universidades públicas de 2007 a 2008, no contexto da crítica ao REUNI e suas consequências para a qualidade das universidades federais e estaduais do país. No entanto, o que nos interessa em seu estudo é a forma de abordagem do movimento estudantil.

Bringel, assim como Sánchez, compreende as mobilizações dos estudantes enquanto um movimento social. Mas apesar de o termo “movimento” ser muito utilizado pelo autor, ele o debate pouco, não realizando um tratamento analítico sobre essa categoria. Assim, Bringel infere que nem toda mobilização de estudantes pode ser caudatária do movimento estudantil. Como exemplo, ele apresenta uma discussão sobre um protesto isolado em um determinado refeitório de faculdade. Em sua perspectiva, esse protesto pode ou não ser resultado de um “movimento estudantil”; se isolado, é apenas uma ação coletiva.

O autor também defende que uma organização estudantil institucionalizada não pode ser considerada um movimento estudantil (BRINGEL, 2009, p. 100). E, por fim, coloca que é impossível falar em “movimento estudantil” no singular; o correto, então, seria “movimentos estudantis”, já que o termo no singular pode ocultar a existência de distintos movimentos de estudantes, bem como as tensões existentes entre eles.

A partir disso, Bringel nos indaga: se nem ações coletivas isoladas e organizações estudantis institucionalizadas podem ser consideradas movimentos estudantis, quais são as determinações para a constituição deste movimento? A sua resposta é categórica:

[...] as lutas, reivindicações e ações coletivas dos estudantes somente se traduzem em um movimento estudantil quando articulam uma série de elementos mínimos, que também estão presentes nos demais movimentos sociais: definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo, caráter não institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente (BRINGEL, 2009, p. 102).

Assim, o movimento estudantil torna-se um movimento social *sui generis* a partir do referencial da abordagem do processo político, o que podemos perceber a partir dos elementos elencados pela citação do autor. No entanto, esses elementos são características gerais dos movimentos sociais que o movimento estudantil compartilha com os outros movimentos. É necessário, porém, evidenciar a especificidade do movimento estudantil. Bringel elenca seis elementos que expressa essa distinção.

O primeiro elemento é que a composição social dos estudantes é uma *força social conjuntural*, o que faz com que suas lutas tenham, geralmente, um objetivo específico de curto prazo³. O segundo elemento é o caráter pendular e variável das organizações do movimento estudantil, já que essa organização não responde a uma forma concreta, “contando com diferentes graus de estruturas e organicidade” (BRINGEL, 2008, p. 103). O terceiro elemento é a sua composição social constituída, essencialmente, por setores das “classes médias”. O quarto elemento é a identificação de uma “identidade secundária” ou de “baixa intensidade”, a propósito da convergência e identidade militantes quando o estudante participa de outros movimentos sociais (negro, feminino, etc.). Devido ao fato do estudante se caracterizar enquanto condição social conjuntural, os indivíduos optam por “secundarizar” a identidade estudantil e dar mais ênfase aos seus outros “pertencimentos”, já que ele será mais duradouro.

O quinto elemento é o amplo “espectro ideológico” no interior do movimento, variando, geralmente, desde a perspectiva social-democrata à anarquista. Bringel, no entanto, coloca que a mobilização dos estudantes pode possuir um caráter conservador. Como exemplo, ele cita as lutas estudantis de direita na Venezuela, que conseguem mobilizar um número considerável de estudantes. O sexto e último elemento, enfim, são as demandas das mobilizações estudantis, que podem possuir tanto um caráter interno (que giram em torno das questões do espaço universitário/escolar), quanto externo (que extrapolam as questões educacionais e se vinculam à sociedade no geral). Estes seis elementos o autor atribui como constitutivos da especificidade do movimento estudantil ante os outros movimentos sociais.

Em nossa perspectiva, o principal mérito de Bringel é constatar, ainda que de forma limitada, as especificidades do movimento estudantil em relação aos outros movimentos sociais, além de apontar que nem todas as mobilizações de estudantes constituem ou fazem parte de um determinado movimento estudantil. Essa percepção do autor nos parece fundamental. No entanto, sua discussão também possui deficiências. Uma delas se dá, especialmente, no caráter normativo em que o autor evidencia a questão da forma como o movimento estudantil pode se estruturar. Para Bringel, como já colocamos, só se trata de um movimento estudantil se a organização não estiver institucionalizada. Por esse ângulo, a

³ Bringel coloca que isso não impediria a existência de mobilizações que buscam um horizonte de médio ou longo prazo. O que depende das oportunidades políticas da conjuntura e das forças sociais políticas existentes.

União Nacional dos Estudantes não seria considerada uma parte do movimento estudantil brasileiro, já que sua existência e legitimidade é chancelada pelo próprio Estado.

Ao direcionar sua reflexão sobre os elementos específicos do movimento estudantil Bringel destaca algumas dinâmicas que ajudam na compreensão, notadamente se a referência for às expressões concretas do movimento estudantil, ou seja, em cada caso específico de mobilização. A abordagem do Processo Político coloca ênfase nas mobilizações específicas, concretas, mas não consegue avançar a análise para os elementos constituintes do movimento estudantil,

Em suas análises das ações concretas dos movimentos sociais, o que se analisa, na verdade, são lutas políticas específicas, tais como passeatas, protestos, confrontos, etc. Os movimentos sociais (que não se restringem a esses elementos) aparecem apenas como exemplos superficiais ou como ilustrativos de determinados construtos ou categoria de análise (FERREIRA & TELES, s/d, p. 12).

Daí que os elementos que Bringel destaca no movimento estudantil são verificáveis empiricamente nas mobilizações específicas, mas são limitados quando do uso para a análise teórica, de descoberta da essência e especificidade do movimento estudantil, bem como para refletir sobre os elementos que marcam a unidade do movimento estudantil em relação com os demais movimentos sociais.

O Movimento Estudantil à luz da abordagem da Mobilização de Recursos

A abordagem da Mobilização de Recursos é uma das mais conhecidas interpretações sobre os movimentos sociais, e sua origem remonta ao final da década de 1960 e começo dos anos de 1970. A abordagem da Mobilização de Recursos é uma das primeiras interpretações a sistematizar a análise dos movimentos sociais, inclusive criando conceitos específicos, tal como Organizações de Movimentos Sociais, Indústria de Movimentos Sociais, Setor de Movimentos Sociais, e outras ideias específicas para a análise do movimento social.

Apesar das tentativas de sistematização, esta abordagem não foge da utilização de um elemento específico de uma teoria mais ampla sobre a sociedade para analisar os movimentos sociais. Se a abordagem dos Novos Movimentos Sociais coloca a cultura como fundamental, a abordagem do Processo Político coloca a política como elemento fundamental, a abordagem da Mobilização de Recursos, utiliza a própria ideia de recursos como elemento fundamental para análise dos movimentos sociais. Em artigo de reflexão

sobre esta abordagem, Diego dos Anjos e Rubens Vinícius assim sintetizam uma parte de sua crítica à esta abordagem:

A MR vai enfatizar a organização e não os movimentos propriamente ditos. Contudo, podemos destacar que sua definição de organização é ambígua, por tornar sinônimos os termos instituição e burocracia. Se de um lado ressalta algo produzido pelos movimentos sociais, suas organizações, por outro lado, submete este elemento específico a uma determinação geral e absoluta, a mobilização dos recursos. É exatamente neste ponto onde reside o principal limite desta explicação: se apropriar de um elemento isolado da sociedade capitalista, abstrai-lo e transferi-lo como fator absoluto de explicação dos movimentos sociais e suas organizações. Deste modo, temos cristalizada uma espécie de determinismo dos recursos, uma forma de consciência fetichizada que reflete um produto da sociedade capitalista (seus recursos) de forma autônoma e com vida própria (ANJOS & SILVA, s/d, p. 17).

O limite desta abordagem é sua sobrevalorização dos recursos, sendo este o principal indicador da eficácia dos movimentos sociais. E não poderia ser diferente quando utilizando-se desta abordagem o objeto de estudo for o movimento estudantil, como deixou bem claro Sebastian de Sierra ao analisar alguns episódios de mobilização estudantil na UNAM entre os anos de 1980 e 2000. Diz ele:

Mientras mayor sea el porcentaje de individuos altamente interesados y con recursos en un grupo determinado, es más probable que la acción colectiva se concrete. Pero aun cuando los intereses y recursos estén distribuidos de forma desigual, la acción colectiva podrá llevarse a cabo cuando la heterogeneidad de dichas distribuciones permita que un pequeño grupo de personas muy interesado tenga al mismo tiempo los recursos suficientes para actuar. En otras palabras los grandes contribuidores —aquellos altamente interesados y con muchos recursos— jugarán un papel especialmente importante en la acción colectiva. Para los fines de este artículo, asumiré como un supuesto dado que la distribución de los intereses y los recursos de la población estudiantil en cada conflicto estudiado es heterogénea, sin especificar la forma de dicha distribución. De esta forma, asumo que algunos estudiantes preferirán que la política pública en disputa tenga las características que el movimiento estudiantil propone; otros preferirán la propuesta de Rectoría, y algunos más estarán en medio de estas dos posiciones (SIERRA, 2015, p. 268-269).

Ou seja, havendo muitos recursos ou na distribuição desigual dos recursos haverá ações coletivas que no fundo buscam mais recursos para um determinado grupo organizado. É impossível não vermos aqui o pensamento fetichizado dos economistas apologistas da dinâmica de acumulação de capital. A abordagem da mobilização de recursos não dispõe de elementos específicos para a análise do movimento estudantil, suas ideias são genéricas para todos os movimentos sociais, o que é algo comum às demais abordagens aqui apresentadas.

Para nós, interessa uma teoria que além de apresentar o que é comum a todos os movimentos sociais, formule elementos para a análise específica de cada movimento social específico.

Movimento Estudantil à luz da Sociologia da Juventude

Outra forma comum de abordar a questão do movimento estudantil, é inseri-lo no campo da sociologia da juventude. Trata-se de um procedimento muito comum nas interpretações acerca dos estudantes. Um dos primeiros autores a analisar a mobilização dos estudantes à luz da sociologia da juventude foi Otavio Ianni (1968), em seu texto *O Jovem Radical*, publicado na Coletânea *Sociologia da Juventude*. O seu propósito nesse texto é analisar o movimento estudantil brasileiro da década de 1960. Ianni parte da realidade da juventude brasileira para, posteriormente, à nível abstrato, expandir sua análise para toda a juventude na sociedade capitalista. Por consequência, o autor trabalha com o conceito de juventude e não de estudantes.

A compreensão de juventude em Ianni está ligada ao seu papel, no interior da sociedade capitalista, que é delegada pela geração anterior: dar continuidade aos processos desencadeados pela geração precedente ou começar outras que os adultos não foram capazes de efetivar. Assim, a juventude é necessariamente politizada, segundo Otavio Ianni:

Sabemos que, dentre outros mecanismos que operam nas relações entre gerações, o grupo dos adultos atribui à juventude a função de preservar e renovar, segundo o sistema presente de valores, instituições e ideais e coerentes com o 'status quo'. Ela é preparada para realizar o que os 'velhos' não teriam conseguido concretizar. O radicalismo surge então como uma revolta contra o estabelecido, que necessita ser direcionada politicamente, caso contrário, poder-se-ia cair numa postura de mera contestação, ou no famoso conflito de gerações. A revolta juvenil é orientada em algum sentido: ela possui um conteúdo, uma forma e uma destinação. O seu conteúdo, no caso dos estudantes – tem sido o caráter político contestatório das estruturas do país. Quanto à forma, ela tem se revestido das mais variadas manifestações – greves, passeatas, plebiscitos, enfrentamentos com a polícia – dependendo das circunstâncias, do conteúdo da mensagem política e do destinatário, ou elemento contra o qual é realizada a ação política. Essa radicalidade é, então, produto de uma conjuntura específica e reflete problemas sentidos pelos jovens (IANNI, 1968, p. 232).

Dessa maneira, o autor localiza a emergência do movimento estudantil da década de 1960 na radicalização da condição juvenil. Tal radicalização significa a tomada de consciência da juventude a propósito de sua condição, imersa nas contradições da sociedade capitalista, pautada na alienação:

O radicalismo político é a manifestação de um tipo peculiar de consciência social, isto é, histórica, desenvolvida pelo jovem em condições determinadas; exprime apreensão, pela consciência, dos primeiros sintomas da própria alienação, que se manifesta já no próprio lar. [...] Quando o imaturo apreende intelectualmente as contradições entre os valores que lhe são inculcados e o comportamento efetivo dos que os preconizam, então se dá o primeiro choque criador. Nesse momento descobre que sistema em que está imerso contém inconsistências que a sua compreensão não pode provar, ou ainda não está em condições de aceitar (IANNI, 1968, p.230).

Além disso, outro elemento importante no pensamento de Ianni é a composição de classe dos jovens, especialmente aqueles que se mobilizam. Para ele, os movimentos são feitos, especialmente no meio estudantil, pelos jovens de classe “média”. No entanto, suas atuações políticas aparecem como incompatíveis com os interesses de sua própria classe de origem. Essa incompatibilidade é fruto, segundo o autor, das contradições da sociedade capitalista estruturada em termos da democracia burguesa: “[...] o processo de incorporação dos grupos imaturos não é automático e espontâneo. Ao contrário, ele se realiza por meio de mecanismos complexos, que nem sempre apanham plenamente os indivíduos” (IANNI, 1968, p. 226).

Por esse ângulo, devido ao processo de ajustamento, o jovem se sente “desvinculado” dos interesses e ideias de sua classe. São nas contradições do ajustamento social que o jovem sofre ao longo de sua vida que permite que perspectivas políticas contraditórias, com os interesses de sua classe, sejam alcançadas. É nessa dinâmica que Ianni irá localizar a especificidade do comportamento radical da juventude.

Quando se manifestam as contradições chocantes entre o que os adultos esperam dos imaturos e o que estes efetivamente podem realizar, nesse instante deflagra-se um processo intelectual destinado a revelar a face essencial da condição humana no sistema capitalista. [...] O jovem radical é um produto natural do sistema em que se encontra imerso. O seu radicalismo produz-se exatamente no momento em que ele próprio descobre que o seu comportamento é tolhido, prejudicado e, muitas vezes, deformado institucionalmente (IANNI, 1968, p. 238).

Em síntese, é na acepção mais ampla da condição juvenil que Ianni localiza a emergência das lutas estudantis, especialmente na década de 1960, que é o contexto de sua produção intelectual acerca da juventude.

O mérito de sua discussão é colocar, mesmo que sinteticamente, o caráter conflitivo da ressocialização da juventude e suas possibilidades de mobilização a partir da tomada de consciência das contradições das relações sociais no interior da sociedade capitalista. No entanto, ao tentar explicar os conflitos estudantis da década de 1960 à luz da condição juvenil, Ianni perde de vista as especificidades do grupo social dos estudantes. Além disso,

o autor toma a autoimagem do movimento estudantil de sua época, como bem coloca Tavares (2008, p. 31):

Ianni se deixa contaminar pela autoimagem do movimento estudantil atribuindo a toda a juventude (como se essa fosse um todo homogêneo) um caráter que ignora a especificidade do período histórico, generalizando-o para todos os momentos e movimentos juvenis. Com isso Ianni valoriza excessivamente a forma e autoimagem dos movimentos estudantis em detrimento do conteúdo e pluralidade de suas reivindicações.

Portanto, analisar os estudantes limitando-se à análise da condição juvenil é problemático e limitado, posto que abstrai os elementos específicos à condição estudantil.

Considerações Finais

O nosso objetivo foi o de apresentar um breve e sintético panorama analítico das principais e mais conhecidas abordagens sociológicas sobre o movimento estudantil. Inicialmente trouxemos uma digressão de uma pesquisa mais ampla a respeito da literatura sociológica sobre o movimento estudantil (especialmente a literatura brasileira), focalizando seus principais elementos e limites, e posteriormente evidenciamos a análise de determinados autores que são referência na análise das ações estudantis. A escolha de Foracchi, Sánchez, Bringel, Mesquita, Sebastian de Sierra e Ianni como autores para análise se fundamenta em suas respectivas importâncias no interior dos estudos brasileiros a respeito do movimento estudantil.

Consideramos que tais abordagens possuem determinados avanços (momentos de verdade) e limites que expressam a necessidade de avançar no processo analítico acerca deste fenômeno social. Em nossa perspectiva, a concepção marxista possui instrumentos teóricos e metodológicos que, assimilando criticamente os avanços destas abordagens, poderá ajudar a elucidar, de forma concreta, o que é o movimento estudantil e suas múltiplas determinações. Para tanto, é necessária uma Teoria dos Movimentos Sociais que abarque a generalidade e especificidade dos movimentos sociais, isto é, que dê conta dos elementos comuns a todos os movimentos sociais em sua unidade, bem como que consiga esclarecer a diversidade entre os movimentos sociais específicos, para conseguir refletir sobre todo fenômeno social que possa ser expressão de um movimento social.

Referências bibliográficas

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude*. Revista Tempo social. São Paulo, v. 17, n. 2, 2005. Disponível

BARCELLOS, Jalusa. *Revista UNE: 60 anos a favor do Brasil*. Rio de Janeiro, 1997.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *Na Contramão do Poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.

BRAGHINI, Katya Zuquim Braghini & CAMESKI, Andrezza Silva. “*Estudantes democráticos*”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n.º. 133, p. 945-962, out.-dez., 2015.

BRINGEL, Breno. *O Futuro Anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil*. EccoS, São Paulo, v.11, n.11, p. 97-121, jan./jun., 2009.

CALDEIRA, Paula. *Juventude e Participação Política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro*. 130 f. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius. *Reflexões sobre o Movimento Estudantil e o Maio de 1968*. In: O Movimento Estudantil em Foco. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1965.

IANNI, Octávio. O Jovem Radical. In: BRITTO, Sulamita. *Sociologia da Juventude*. Vol 1. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1968.

MAIA, Lucas; TELES, Gabriel. *Reflexões sobre a organização estudantil*. Revista Enfrentamento, ano 11, n. 19. jan/jun, p. 37-61, 2016. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/976/845>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar - 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. In: Textos Vol. III, São Paulo, Edições Sociais, 1977.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES Jr., Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1981.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, Cultura e Política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social). PUC-SP.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A UNE nos anos 60: Utopias e Práticas Políticas no Brasil*. Londrina: Editora UEL, 1998.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro. Booklink Publicações Ltda. 2004

SÁNCHEZ, José María Aranda. *El Movimiento Estudiantil y la Teoría de los Movimientos Sociales*. Convergencia, núm. 21, jan/abr., 2000.

SANFELICE, José Luíz. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SIERRA, Sebastián. Masas críticas y redes sociales: una explicación microestructural del surgimiento de cuatro movimientos estudiantiles en la UNAM (1986-2000). In: MARSISKE, Renate. *Movimientos estudiantiles en la historia de América Latina IV*. UNAM, Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación: México, 2015.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, Marina Rebelo. *Juventude ou Classe Social? O Debate Teórico Acerca do movimento estudantil*. Monografia (Conclusão de curso) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

TELES, Gabriel. *A UNE e sua dinâmica relacional com o Governo Lula (2003-2011)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

TELES, Gabriel & FERREIRA, Aline. *Elementos Críticos à Abordagem do Processo Político nas Análises dos Movimentos Sociais*. No Prelo.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Londres, Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

VIANA, Nildo. Movimento Estudantil, Dualidade Reivindicatória e Entrelaçamento Reivindicativo. In: *O Movimento Estudantil em Foco*. Goiânia, Edições Redelp, 2016.

VIANA, Nildo. *Abordagens Sociológicas dos Movimentos Sociais*. In Revista Movimentos Sociais, Vol. 2, Nº 3, 2017.